

DOI: 10.46943/IX.CONEDU.2023.GT02.005

A IMPLEMENTAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE JUIZ DE FORA EM TEMPOS DE PANDEMIA COVID-19

*GISELE ZAQUINI LOPES FARIA*Doutoranda em Educação, Universidade Nacional de Rosário / Argentina, gzlopeszaquini@gmail.com

RESUMO

Este artigo apresenta estudo sobre os caminhos percorridos, pela Secretaria Municipal de Educação de Juiz de Fora para a implementação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC nas escolas municipais da cidade no período de atividades remotas na referida rede de ensino devido à emergência em saúde pública ocasionada pela COVID-19. Para isso irá apresentar uma cronologia das ações, tendo como referência a homologação do Parecer CNE/CP n.º 15/2017, do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, através da publicação da Portaria MEC n.º 1.570, que tornou obrigatório aos estados e municípios a adequação de suas propostas curriculares à BNCC. A pesquisa utilizou como fonte de informação material online disponibilizado pela Secretaria de Educação do município, tendo como referência dois canais do YouTube administrados pela secretaria, um chamado “Cadinho de Prosa”, referente ao ano de 2020, e outro chamado “Anunciar: tempo de cuidar, aprender e transformar”, referente aos anos de 2021 a 2023. A análise das lives do YouTube permitiram identificar que a rede municipal de educação de Juiz de Fora fez a revisão de sua proposta curricular existente à luz da BNCC, sendo esta revisão considerada um momento de rica discussão e envolveu todos os componentes curriculares e etapas de ensino, inclusive a educação de jovens e adultos, e educação inclusiva. Foi possível observar também que houve dificuldade em alcançar professores de áreas como inglês, geografia e ciências para ampla discussão. Os profissionais envolvidos na revisão curricular fizeram a observação de que houve convergência entre o currículo de 2012 da rede municipal e a BNCC, com exceção da área de história que destaca que a BNCC não deu o trato devido à questão da temporalidade.

Palavras-chave: BNCC, organização curricular, escola municipal, Pandemia COVID-19.

INTRODUÇÃO

Este artigo pretende apresentar os caminhos percorridos, pela Secretaria de Educação de Juiz de Fora (SE) para a implementação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC nas escolas municipais da cidade. Para isso irá apresentar uma cronologia das ações, tendo como referência a homologação do Parecer CNE/CP n.º 15/2017, do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação através da publicação da Portaria MEC n.º 1.570 que tornou obrigatório aos estados e municípios a adequação de suas propostas curriculares à Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

Cabe destacar que parte da pesquisa, para a realização deste texto, se deu nos anos de 2020 e 2021 em meio à Pandemia em saúde pública ocasionada pela Covid-19. Sendo assim, foi utilizado como fonte de informação material online disponibilizado pela SE, tendo como referência dois canais do YouTube da Secretaria de Educação da Cidade de Juiz de Fora, um chamado “Cadinho de Prosa”, referente ao ano de 2020, e outro chamado “Anunciar: tempo de cuidar, aprender e transformar”, referente ao ano de 2021.

A página Cadinho de Prosa foi lançada no primeiro semestre do ano de 2020 e teve como objetivo ser um canal de comunicação da Secretaria de Educação de Juiz de Fora com os professores, dado ao período ainda em fase inicial da Pandemia COVID-19 na cidade de Juiz de Fora. A proposta da SE foi utilizar o YouTube como instrumento para pensar as práticas pedagógicas da rede de ensino. A referida página no YouTube contou com o total de 7 mil e 100 inscritos no ano de 2020, e fez a postagem de 76 vídeos de “lives” sobre temas variados da educação, sendo que deste total dez “lives” se referiram diretamente à BNCC.

A página “Anunciar: tempo de cuidar, aprender e transformar” foi criada o ano de 2021, também com o objetivo de ser um canal de comunicação e formação dos professores da rede municipal de ensino de Juiz de Fora e no mês de outubro do ano de 2021 contava com 5 mil 270 inscritos, tendo sido postados 56 vídeos de “lives” e destes 10 se referem diretamente às questões curriculares. Portanto, as informações relatadas, neste estudo, foram retiradas das “lives” disponibilizadas nos anos de 2020 e 2021.

METODOLOGIA

A coleta de dados se deu por meio de pesquisa documental a partir de exploração de vídeos disponibilizados nos canais do YouTube “Cadinho de Prosa” e “Anunciar: tempo de cuidar, aprender e transformar”. Segundo Mattar:

“A pesquisa na internet pode ser considerada pesquisa documental, pois lida diretamente com documento, agora disponíveis on-line. Mas pode também ser considerada pesquisa de campo agora virtual, on-line ou digital.” (p. 129, 2021)

Cabe destacar que a busca por material em formato on-line, além de necessária, visto que a discussão sobre a revisão curricular se deu em período de Pandemia, também se fez indispensável porque o material disponibilizado nos canais do YouTube sob a responsabilidade da Secretaria de Educação de Juiz de Fora acabaram sendo rica fonte para a busca de informações sobre como se deu o processo de participação docente na revisão curricular da rede municipal de ensino de Juiz de Fora à luz da BNCC.

Para análise do conteúdo apresentado nas lives disponibilizadas no YouTube foram selecionados os vídeos com descrição que tivessem relação com o tema currículo.

Todos os vídeos foram assistidos e as principais questões apontadas pelos palestrantes foram anotadas, de forma a identificar as falas mais recorrentes e as conclusões apresentadas.

Para a análise do material coletado, durante as apresentações feitas via a plataforma YouTube, foi feita uma pesquisa bibliográfica de livros e artigos que buscam identificar e compreender o processo de elaboração da BNCC, tensões, resistências, interesses de diferentes órgãos e organizações, questionamentos, lacunas observadas no documento final da BNCC, participação dos professores e estudantes no processo de construção da BNCC, bem como críticas que possam subsidiar o observado e problematizar a discussão da temática a partir de um confronto entre o que propõe a literatura e o que se apresenta nas discussões apresentadas pelos professores de Juiz de Fora.

O período delimitado para a escolha do material bibliográfico se deu entre os anos de 2018 e 2022, data posterior à promulgação do documento final da BNCC, visando, desta forma selecionar bibliografia que se refira ao documento já finalizado.

Portanto, sem fazer inferências sobre como poderia ser o documento final, mas já discutindo o documento que foi finalizado e encaminhado para as escolas.

REFERENCIAL TEÓRICO

O estudo da Base Nacional Comum Curricular, por se tratar de uma política pública que visa apresentar uma base curricular única para todo o país se apresenta como uma temática que envolve a busca de diferentes autores, tempos históricos e linhas de pesquisa. Por este motivo, para a elaboração da referência teórica foram selecionados livros publicados entres os anos de 2018 a 2022 com ênfase dos textos, voltadas para o estudo do currículo no ensino fundamental, legislação educacional desde a LDB de 1996 até a BNCC de 2017, contexto político da implantação da BNCC, debates envolvendo a elaboração e promulgação da BNCC, lacunas observadas no documento final da BNCC, impactos de uma base nacional comum, avanços e retrocessos da BNCC, fragilidades teóricas da BNCC, diferentes visões sobre a necessidade de uma base comum e experiências com a discussão e implementação da base nacional.

Visando observar diferentes pontos de vista, a escolha dos livros selecionados para a escrita deste artigo, além dos temas acima descritos, também teve a preocupação de buscar por referências bibliográficas de autores de diferentes instituições de ensino, bem como de variadas regiões do país. Desta forma, o material selecionado apresenta estudos de autores de São Paulo, Curitiba, Campinas, Rio de Janeiro, Bahia, Paraná, Ribeirão Preto e Mato Grosso do Sul e ainda instituições de ensino como Fundação Maurício Grabois, Universidade de Brasília, Universidade de São Paulo, Universidade Federal de Uberlândia, Universidade Estadual do Paraná, Universidade Estadual de Maringá, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Estadual de Campinas e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná.

A pesquisa bibliográfica permitiu identificar a existência de entendimentos diferentes acerca da necessidade ou não de uma base nacional comum curricular para um país de tamanha extensão territorial e diversidade cultural como o Brasil, sendo os principais pontos observados abaixo descritos:

1. Ideia da unificação do currículo fere a autonomia da escola;

2. A proposta de uma BNCC deu mais voz a especialistas e pouco ouviu os professores, pesquisadores e estudantes;
3. Dificulta a integração dos saberes entre a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;
4. Pouco reconhecimento das diferentes condições de trabalho dos profissionais da educação;
5. Apresenta pouca articulação pedagógica o que dificulta ações interdisciplinares e contextualizadas;
6. Críticas ao conteúdo na área de história, visão nacionalista, em detrimento da história da África;
7. BNCC como uma política verticalizada;
8. Pouca referência à formação docente;
9. Pouca definição no que se refere aos recursos para financiar a educação de forma a garantir uma base nacional democrática;
10. Ideia de currículo mínimo como um indicativo de equalização dos conhecimentos básicos necessários para a constituição de uma nação;
11. A BNCC foi elaborada para atender às demandas do mercado de trabalho;
12. Pouco investimento na educação das pessoas com deficiência;
13. Ausência de investimento na educação de jovens e adultos;
14. A BNCC reforça a concepção de competências e habilidades presentes nas avaliações externas e de organizações como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Tecnologia (UNESCO);
15. Pedagogia das competências focada em habilidades e práticas que são úteis para o mercado de trabalho;
16. Possibilidade de produzir um currículo que converse com a BNCC baseado nos princípios orientadores que ela apresenta;
17. Política curricular homogeneizadora;
18. Visão de que a BNCC está em conformidade com políticas educacionais internacionais e faz parte de um processo de reformulação das políticas da área de educação no Brasil;
19. BNCC como ponto de partida para a construção ou revisão de currículos estaduais e municipais;
20. A BNCC indica conhecimentos e competências mínimas para todos os alunos de todo o país;
21. Apresenta orientações que podem ser adequadas a diferentes contextos;

22. Cumpre com uma competência da União de estabelecer normas gerais;
23. BNCC tem foco no currículo flexível e que possa ser adequado à realidade das escolas;
24. BNCC não é currículo, mas sim a base para a elaboração do currículo.

Acima apresentamos os principais achados da revisão bibliográfica acerca da BNCC no período destacado neste artigo. A análise do material disponível nos canais do YouTube da Secretaria de Educação de Juiz de Fora será feita buscando identificar nas falas dos profissionais, pontos de aproximação e de distanciamento com as análises sobre a BNCC presentes na revisão de literatura.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das páginas do YouTube utilizadas pela Secretaria de Educação de Juiz de Fora, nos anos de 2020 e 2021 identificou as temáticas abaixo descritas no que se refere à organização curricular:

TEMA	PÁGINA	ANO
Diálogos sobre referenciais curriculares: perspectivas para Matemática, Tecnologia e EJA	Cadinho de Prosa	2020
Diálogos sobre referenciais curriculares: perspectivas para a Educação Física, Ciências e Geografia		
Trabalho por projetos na interface com a BNCC da Educação Infantil		
Revisitando a Proposta Curricular da EJA / PJJ sob a perspectiva dos novos tempos		
Acessibilidade Curricular: o desenho universal para a aprendizagem em foco		
O Ensino Religioso na BNCC		
Leituras Freirianas na EJA: sujeitos e currículos		
Leituras Freirianas na EJA: currículo para o ser mais		
Diálogos sobre referenciais Curriculares – perspectivas para a Educação Infantil e a História		
Diálogos sobre os referenciais curriculares: perspectivas para língua portuguesa, língua inglesa e arte		
Diálogos sobre os referenciais curriculares: perspectivas para a educação física, ciências e geografia		

TEMA	PÁGINA	ANO
Proposta curricular 2021 e sua implementação no fazer pedagógico – Ciências	Anunciar, tempo de cuidar, aprender e transformar	2021
Proposta curricular 2021 e sua implementação no fazer pedagógico - Geografia		
Proposta curricular 2021 e sua implementação no fazer pedagógico – História		
Proposta Curricular 2021: Língua Portuguesa e educação física		
Proposta Curricular 2021: arte e EJA		
Proposta Curricular 2021: geografia e matemática		
Proposta Curricular 2021: Educação Infantil e ciências		
Proposta Curricular 2021: história, inglês e tecnologia		
Proposta Curricular 2021 e sua implementação no fazer pedagógico: português, inglês e matemática		
Proposta Curricular 2021: geografia, português, artes, educação física		

A partir da análise do material disponibilizado e acima descrito foi possível perceber que a Secretaria municipal de Educação de Juiz de Fora dá início a estudos no âmbito da gestão da secretaria de educação, visando instrumentalizar as equipes técnicas da SME para a organização do processo de revisão curricular da rede municipal, tendo a BNCC como referência. No mesmo ano a equipe de técnicos da SME passou a se reunir com coordenadores pedagógicos e diretores das escolas com o objetivo de apresentar as competências gerais da BNCC e fazer planejamento sobre como se daria o processo de revisão curricular do município. A partir de 2019 tem início a formação de grupos por componente curricular, etapa da educação infantil e modalidade da educação de jovens e adultos com a participação de profissionais da SME e escolas. Os grupos fizeram um estudo comparativo entre a BNCC, o currículo referência do Estado de Minas Gerais e as propostas curriculares da rede municipal de Juiz de Fora. Buscou-se observar os pontos de aproximação e distanciamento existentes entre estes documentos, além deste comparativo os grupos de trabalho tiveram a responsabilidade de sistematizar cada componente curricular, a partir de então foi organizada uma proposta preliminar para a rede municipal, esta proposta foi disponibilizada via plataforma Moodle para que todos os profissionais das escolas tivessem acesso ao documento e assim pudessem apresentar sugestões de alteração e/ou comentários, as contribuições foram analisadas pelos

grupos de trabalho e, a partir das contribuições dadas pela comunidade escolar, os grupos de trabalho, por componente curricular, fizeram adequações no documento referência.

A observação do material disponível nas duas plataformas de interação, citadas neste artigo, permitiu verificar que a educação de jovens e adultos (EJA) foi tema presente na discussão referente ao currículo, sendo o currículo existente no município, construído entre os anos de 2011 e 2012, através de seminário com a participação de profissionais da educação, revisto com a revisão curricular proposta para a educação básica à luz da BNCC. Há destaque para o diálogo como centro do processo educativo, valorização das histórias de vida dos alunos, tornar o aluno para o centro do processo de ensino e aprendizagem, buscar identificar quais são os fatores que afastam os alunos das escolas, sendo o diálogo uma dimensão importante para a construção do currículo da EJA. Destaque para o entendimento de que o processo de seleção dos saberes que irão constituir o currículo na EJA deve se importar com temáticas significativas, geradoras, que respondam a uma problemática concreta vivida pelos educandos, ênfase nas relações aluno-mundo-aluno. Logo, uma das críticas à BNCC, observada na bibliografia de referência, que apresenta a preocupação da ausência de investimento na EJA, por parte da BNCC, foi tema presente na revisão curricular da rede municipal de Juiz de Fora.

No que se refere às críticas à BNCC com relação a ter investido pouco na educação das pessoas com deficiência, Juiz de Fora apresenta a proposta do desenho universal de aprendizagem (DUA), visando tornar o currículo mais acessível para todos os alunos, através de atividades mais acessíveis, que envolvam toda a turma, por meios variados modos de representação do conteúdo, destacando que o acesso ao currículo pode ser apresentado com práticas pedagógicas diferenciadas. Há destaque para a importância da flexibilização do currículo, bem como ressignificar a forma de ensinar a partir de se pensar o que significa aprender e enfatizar o que o aluno tem capacidade de fazer.

A seguir apresentaremos os principais pontos observados, nas falas dos profissionais, que apresentaram cada componente curricular nas plataformas de interação da PJF nos anos de 2020 e 2021:

- Os professores da área de história, do município de Juiz de Fora, também fizeram críticas ao documento final da BNCC, no que se refere ao trato com as questões de temporalidade;

- Língua portuguesa – Identificou pontos de convergência entre a proposta curricular de JF e a BNCC. Houve preocupação do grupo em fazer a divisão por série para que o professor tenha a possibilidade de comparar a proposta anterior e o que propõe a BNCC;
- Não foi possível montar grupo de estudo de língua inglesa devido a impossibilidades dos professores da rede, a revisão foi feita por professor da área que atua como técnico da Secretaria de Educação. Proposta curricular da rede do ano de 2012 e a BNCC possuem em comum a concepção de língua em ação.
- Referencial curricular de arte em comparação, foram observados pontos de aproximação com a BNCC e pontos específicos da rede de Juiz de Fora. O texto já escrito em 2012 contempla o apresentado pela BNCC.
- Educação física - Não contou com a participação de professores das escolas e sim por professores da secretaria de educação. Foi acatada a proposta de unidade temática proposta pela BNCC e feita a inserção de atividade circense. Juiz de fora tem educação física para a educação infantil e fez a opção de manter mesmo a BNCC não trazendo esta proposta.
- Matemática - houve convergência entre o currículo de 2012 da rede municipal e a BNCC;
- Artes - o currículo de artes não seleciona o que é conteúdo para cada série e nem faz escala de conhecimentos, fica por conta do professor analisar sua realidade e identificar o que interessa a seus alunos e como o professor pode fazer a interface com os demais conteúdos escolares. Dada às dificuldades, inclusive materiais, o foco é na materialidade, na combinação e transformação intencional de elementos materiais e imateriais. Pesquisa, experimentação, criação.

No que se refere à participação dos professores a rede municipal de Juiz de Fora buscou as seguintes estratégias para envolver os profissionais: criação de grupo de trabalho para a revisão da proposta curricular existente, tendo como documento balizador a BNCC. A participação dos professores nos grupos de trabalho foi aberta e enviado convite para as escolas. Outra estratégia utilizada, para ampliar a participação, foi a interação para dúvidas e sugestões através da Plataforma Moodle. Por fim, foi utilizada a estratégia de lives via YouTube para apresentar

o resultado das discussões e possibilitar o acesso de todos os profissionais da educação, mesmo após encerrada a apresentação, visto que os vídeos continuam disponíveis e até o mês de julho do ano de 2023 o canal Cadinho de Prosa já contava com sete mil inscritos e o canal Anunciar: tempo de cuidar, aprender e transformar seis mil inscritos.

Na bibliografia de referência foram ainda observadas críticas à BNCC no que se refere à ideia de que a unificação do currículo fere a autonomia da escola, dificulta a integração dos saberes entre a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, e ainda dificulta ações interdisciplinares e contextualizadas. No entanto, o material disponível nos dois canais do YouTube, apresentaram a possibilidade de discussão do currículo, incremento da organização curricular e possibilidade de ações interdisciplinares, visto que a rede municipal de ensino de Juiz de Fora acreditou que não se pode renunciar a ter uma diretriz, e revisou o referencial curricular tendo a BNCC como base de análise.

No que se refere à escuta dos profissionais da educação, reconhecimento das diferentes condições de trabalho e formação docente, a observação do material disponível nas duas plataformas enfatiza justamente a importância do envolvimento dos profissionais da educação e atenção para as realidades de cada localidade escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou apresentar estudo sobre os caminhos percorridos, pela Secretaria Municipal de Educação de Juiz de Fora para a implementação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC nas escolas municipais da cidade no período de atividades remotas na referida rede de ensino devido à emergência em saúde pública ocasionada pela COVID-19.

A pesquisa utilizou como fonte de informação material on-line disponibilizado pela Secretaria de Educação do município, tendo como referência dois canais do YouTube administrados pela secretaria, um chamado “Cadinho de Prosa”, referente ao ano de 2020, e outro chamado “Anunciar: tempo de cuidar, aprender e transformar”, referente aos anos de 2021 a 2023.

A análise das lives do YouTube permitiram identificar que a rede municipal de educação de Juiz de Fora fez a revisão de sua proposta curricular existente à luz da BNCC, sendo esta revisão considerada um momento de rica discussão e envolveu

todos os componentes curriculares e etapas de ensino, inclusive a educação de jovens e adultos, e educação inclusiva. Foi possível observar também que houve dificuldade em alcançar professores de áreas como inglês, geografia e ciências para ampla discussão. Os profissionais envolvidos na revisão curricular fizeram a observação de que houve convergência entre o currículo de 2012 da rede municipal e a BNCC, com exceção da área de história que destaca que a BNCC não deu o trato devido à questão da temporalidade.

Importante também destacar que a equipe de profissionais da rede municipal de ensino de Juiz de Fora utilizou a BNCC como ponto de partida e não como currículo básico mínimo, visto que fez revisão, adequação e ampliação do proposto na BNCC.

REFERÊNCIAS

Portaria Ministério da Educação nº. 1.570 , de 20 de dezembro de 2017. <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/PORTARIA1570DE22DEDEZEMBRODE2017.pdf>. Consulta feita em 28 de setembro de 2021.

Mattar, João. **Metodologia de pesquisa em educação: abordagens qualitativa, quantitativas e mistas.** São Paulo: Edições 70, 2021.

Marinho, Bruna Ramos e Oliveira, Aline Cristina de. **BNCC sob o olhar da pedagogia histórico-crítica: impactos e possibilidades de superação das limitações para o ensino na educação básica.** 1.ed. Curitiba: Appris, 2022.

Carneiro, Moaci Alves. **BNCC Fácil: decifra-me ou te devoro: 114 questões e respostas para esclarecer as rotas de implementação da BNCC.** Petrópolis, RJ: 2020.

Orso, Paulino José (org). **A Pedagogia histórico-crítica, as políticas educacionais e a Base Nacional Comum Curricular.** Campinas, SP: Editora Associados, 2020. (Coleção Educação Contemporânea)

Cassio, Fernando / Catelli Jr, Roberto. **Educação é a Base? 23 educadores discutem a BNCC.** São Paulo: Ação Educativa, 2019.

Costa, Terezinha da Conceição e Hubes, Marcia Adriana Dias Kraemer. **Uma Leitura Crítica da Base Nacional Curricular: compreensões subjacentes.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2019.

Cury, Carlos Roberto Jamil. **Base Nacional Comum Curricular: dilemas e perspectivas.** São Paulo: Cortez, 2018.

BRANCO, Emerson Pereira. **A Implantação da Base Nacional Comum Curricular no Contexto das Políticas Neoliberais.** 1ed. Curitiba: Appris, 2018.

Veiga, Ilma Passos Alencastro e Silva, Edileuza Fernandes da. **Ensino Fundamental: Da LDB à BNCC.** Campinas, SP: Papyrus, 2018.